

## Basic education in emergency contexts: what does research say about the reality of COVID-19?

## Educação básica em contextos emergenciais: o que dizem as pesquisas sobre a realidade de COVID-19?

## Educación básica en contextos de emergencia: qué dice la investigación sobre la realidad del COVID-19?

Kellcia Rezende Souza<sup>1</sup> , Anita Tetslaff Torquarto Melo<sup>1</sup> , Ezequiel Pedroso Mira<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

### Autor Correspondente:

Kellcia Rezende Souza  
Email: [kellcia@hotmail.com](mailto:kellcia@hotmail.com)

**Como citar:** Souza, K. R., Melo, A. T. T., & Mira, E. P. (2022). Basic education in emergency contexts: what does research say about the reality of COVID-19?. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 15(34), e17925  
<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v15i34.17925>

### ABSTRACT

The health seriousness due to the Covid-19 virus pandemic that has been installed worldwide since 2019 has brought news in all areas of social life. In Brazil, the federal government has little to do with public policies aimed at social areas. While science, in addition to numerous assumptions and being the object of government denialist discourses, has sought to contribute to the clarification of the phenomenon of the pandemic and its impacts on society. Therefore, the present study sought to analyze the panorama of research, in the period 2020 and 2021, on basic education in times of a pandemic. For that, from a qualitative approach, a bibliographic research was carried out in which 11 works were selected. The investigations demonstrate that the option for distance teaching has proved to be the main alternative for the educational offer in this scenario, but its implementation accentuates the educational inequalities that exist in the country.

**Keywords:** Basic education. Remote teaching. Covid-19 pandemic. Scientific research.

### RESUMO

A gravidade sanitária devido a pandemia do vírus de Covid-19 que instalou, mundialmente, desde 2019, trouxe desdobramentos em todas as esferas de vida social. No Brasil, o governo federal pouco se fez em relação às políticas públicas voltadas para as áreas sociais. Quanto a ciência, mesmo sofrendo inúmeros esvaziamentos orçamentários e sendo alvo de discursos negacionista do governo, vem buscando contribuir com a elucidação do fenômeno pandêmico e os seus impactos para a sociedade. Sendo assim, o presente estudo buscou analisar o panorama das pesquisas, no período de 2020 e 2021, referente à educação básica em tempos de pandemia. Para tanto, a partir

de uma abordagem qualitativa foi realizada uma pesquisa bibliográfica no qual foram selecionados 11 trabalhos. As pesquisas apontam que a opção pelo ensino remoto se mostrou a principal alternativa para a oferta educacional nesse cenário, mas a sua implementação acentuou as desigualdades educativas já existentes no país.

**Palavras-chave:** Educação básica. Ensino remoto. Pandemia de Covid-19. Pesquisas científicas.

## RESUMEN

La gravedad sanitaria por la pandemia del virus Covid-19 que se ha instalado a nivel mundial desde 2019 ha traído novedades en todos los ámbitos de la vida social. En Brasil, el gobierno federal ha hecho poco en relación a las políticas públicas dirigidas a las áreas sociales. En cuanto a la ciencia, aun sufriendo numerosos recortes presupuestarios y siendo objeto de discursos negacionistas gubernamentales, ha venido buscando contribuir al esclarecimiento del fenómeno de la pandemia y sus impactos en la sociedad. Por lo tanto, el presente estudio buscó analizar el panorama de la investigación, en el período 2020 y 2021, sobre la educación básica en tiempos de pandemia. Por ello, desde un enfoque cualitativo, se realizó una investigación bibliográfica en la que se seleccionaron 11 obras. Las investigaciones muestran que la opción por la enseñanza a distancia demostró ser la principal alternativa de la oferta educativa en este escenario, pero su implementación acentuó las desigualdades educativas que ya existen en el país.

**Palabras claves:** Educación básica. Enseñanza a distancia. Pandemia de COVID-19. Investigación científica.

## INTRODUÇÃO

Em 2020, em consequência de um novo vírus, o mundo foi assolado por uma emergência de saúde coletiva e sanitária jamais vista por essa geração. No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Alguns dias depois, as autoridades chinesas anunciaram a descoberta de uma nova versão do coronavírus, nomeada, posteriormente, de Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (SARS-COV-2), que causa a doença de Covid-19.

Devido à elevada transmissibilidade, a OMS declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto se constituía em uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, se caracterizava como uma pandemia (OPAS/OMS, 2020). Estas decisões demandaram respostas internacionais, coordenadas e imediatas, isto é, apontou para a necessidade de ações conjuntas entre os países para o enfrentamento da situação emergencial em nível global.

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020. O paciente era um homem que esteve na Itália e se recuperou da doença (Unasus, 2020). Porém, o que se evidenciou em território nacional foram as disputas ideológicas e partidárias que formaram uma rede de desinformação e contradições. Essa tensão se iniciou com a posse do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, em 2019, e evidenciou as atitudes de um movimento que adota estratégias negacionistas, que se intensificaram frente à pandemia. Segundo Duarte e César (2020), esse movimento é político-autoritário, de extrema direita, contrário ao pensamento crítico e às políticas educacionais.

De acordo com Vieira e Glezer (2019, p. 67), desde 2013 “a lealdade às regras e valores constitucionais parecem ter entrado em processo de regressão”. Para os autores, o presidente “articula não apenas uma agenda de desconstrução das políticas adotadas pelos governos anteriores, o que é natural no processo de alternância democrática no poder, mas também de ataque à própria matriz constitucional de 1988” (Vieira & Glezer, 2019, p. 68).

Mesmo diante dessa conjuntura, foi publicada a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispondo de medidas de proteção coletiva para conter e prevenir a doença, dentre elas, o

isolamento social, a quarentena, a determinação de realização compulsória de exames médicos e testes laboratoriais, bem como o fechamento e/ou a limitação de determinadas atividades urbanas (Brasil, 2020a). Para Dallari (2021), a situação de emergência e a ausência de conhecimento científico, além de questões políticas, pessoais e ideológicas, resultam em ineficiência administrativa, perdas econômicas e insegurança jurídica no que tange às competências dos entes federativos.

As consequências do negacionismo e dos sucessivos embates nas esferas governamentais se revelam nas estatísticas divulgadas pelo Consórcio de Veículos de Imprensa<sup>1</sup>, que coleta dados diretamente das Secretarias Estaduais de Saúde. Em janeiro de 2022, foram confirmadas mais de 620 mil mortes e 22,7 milhões de casos de contaminação. Houve uma diminuição de contágio com o avanço das campanhas de vacinação, mas em decorrência da nova variante Ômicron, Estados e municípios voltaram a ficar em estado de alerta máximo (Mortes e casos, 2022).

A Ômicron foi detectada na África do Sul no começo de novembro de 2021 e relatada à OMS no dia 24 e está matando pessoas em todo o mundo, na maioria pacientes que não tomaram a vacina ou deixaram de tomar as doses de reforço (Vidal, 2022). Esses números colocam o país em segundo lugar no ranking mundial de óbitos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Our world in data, 2022).

Para conter o avanço da doença, em dezembro de 2020, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) disponibilizou um estudo apontando a imunização de crianças como uma estratégia para aumentar a cobertura vacinal da população (Valverde, 2021). Mesmo em divergências com o gabinete presidencial, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a imunização de crianças de cinco a 11 anos, com previsão de campanhas para janeiro de 2022. Com dosagem e composição diferentes, a instituição afirma que a vacinação será segura e eficaz para o público infantil (Anvisa, 2021).

Expressões pouco usadas antes da pandemia passaram a ser repetidas cotidianamente nas conversas, nos documentos oficiais, nas reportagens de veículos da imprensa, além dos vários canais de informações via internet. Palavras como isolamento social, quarentena, distanciamento social e *lockdown*<sup>2</sup> passaram a ser verbalizadas constantemente com seus significados ainda indefinidos ou, até mesmo, como sinônimos e, na maioria das vezes, não compreendidas pelas pessoas. De acordo com Faro *et al.* (2020, p. 4),

A quarentena busca separar e restringir a circulação de pessoas que foram expostas a uma doença contagiosa, visando a observar se estas ficarão doentes. Já o isolamento diz respeito à separação de pessoas doentes, infectadas por alguma doença transmissível, como a COVID-19, dos não doentes.

Nesse cenário pandêmico, as atenções se voltaram para os desafios impostos aos sistemas de saúde, porém, igualmente, os sistemas educacionais foram afetados diretamente com o fechamento das instituições de ensino, ocorrendo, por conseguinte, uma colisão de direitos fundamentais entre o direito à vida (Art. 5º) e o direito à educação (Art. 206, IX; Art. 227) consagrados na Constituição Federal (Brasil, 1988). De acordo com Bossak e Peghini (2020), quando ocorre um conflito entre direitos fundamentais, que tem *status* de cláusula pétrea, com o mesmo valor, é aplicada a teoria da ponderação, levando sempre em conta o princípio da proporcionalidade. Os autores esclarecem que “não há hierarquia entre os princípios, pois não há

<sup>1</sup> Formado pelos veículos de imprensa da g1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL. Criado no dia 8 de junho de 2020 em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19 (Veículos de comunicação, 2020).

<sup>2</sup> O termo *Lockdown* não tem definição única e pode ser traduzido para o português para descrever um período de tempo em que as pessoas não são permitidas de sair de suas casas ou viajar livremente, por causa dos perigos de doenças (Cambridge Dictionaries Online, 2021, tradução nossa).

incompatibilidade entre os princípios, mas sim há concorrência entre eles, por isso não é possível escolher qual deve prevalecer, ou mesmo excluir um princípio frente a outro” (Bossak & Peguini, 2020, p. 25).

Diante desse cenário, a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, do Ministério da Educação (MEC) dispôs sobre “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19” (Brasil, 2020b). Posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer n. 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020, veio a público elucidar aos sistemas e às redes de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, considerando a necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas por conta de ações preventivas à propagação da Covid-19. O Parecer CNE n. 5/2020 elucida que se

[...] flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino (Brasil, 2020c, p. 5).

A partir desse momento, as atividades nomearam-se atividades remotas, pois associavam as ações não presenciais mediadas ou não por recursos tecnológicos. É concebível a compreensão de que foi uma difícil tarefa transpor, repentinamente, o modelo presencial para um novo modelo chamado remoto. O método para tal objetivo é “aprender a desaprender, a fim de voltar a aprender” (Mignolo, 2008, p. 323). Depreende-se que a educação teve que se reinventar e incorporar práticas nunca antes necessárias ou, pelo menos, não com tamanha necessidade.

Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe uma série de mudanças na realidade da população mundial em escala global. Desse modo, para evitar a infecção, segundo Aquino *et al.* (2020), muitas atividades econômicas, culturais, sociais e educacionais foram suspensas e/ou novas configurações obtidas. Essa situação desencadeou desafios relacionados às necessidades de teletrabalho, muitas vezes chamadas de *home office* e/ou trabalho remoto.

Os rumos e as regulamentações no campo econômico/comercial iniciado pelo mundo globalizado, desde o final do século XX, deixaram uma forte impressão no desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), que estão desempenhando um papel cada vez mais importante na modernização do campo de trabalho. Dessa forma, por poderem aumentar a mobilidade de suas ações, as TDICs tendem a impor grandes mudanças no setor público. Para Rocha e Amador (2018), estas surgem nas instituições públicas como desdobramento das inovações tecnológicas e podem repercutir na redução dos custos de produção, no aumento de produtividade e da satisfação pessoal.

Por outro lado, as autoras destacaram que, no Brasil, a adoção desse regime de trabalho no setor público ainda é incipiente, carente de regulamentações normativas sistemáticas e de um campo unificado de produção científica. Portanto, com a pandemia de Covid-19, a demanda por teletrabalho nos setores público e privado aumentou dramaticamente. No contexto das instituições de ensino, essa situação desencadeou o desenvolvimento direto da gestão, do planejamento e dos comportamentos de trabalho e estabeleceu mudanças dinâmicas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Verifica-se um amplo conjunto de fatores sociopolíticos envolvidos e, mesmo diante da emergência na tomada de decisões no contexto pandêmico, na perspectiva de que há um problema e os tomadores de decisões buscam soluções, como bem esclarece Secchi (2010), uma política pública deve tratar do conteúdo concreto, simbólico e do processo de construção e atuação dessas decisões, cabendo ao Estado, enquanto conjunto de instituições, possibilitar a ação do governo e configurar essas orientações.

Frente ao exposto, denota-se que a pandemia de Covid-19 desencadeou uma série de mudanças na vida em sociedade, dentre elas, alterou a oferta da educação formal. Como bem enfatizou Arruda (2020), não há possibilidade de traçar considerações de curto e médio prazo sobre as múltiplas relações humanas, pois

[...] Mais do que um problema educacional, o bloqueio do acesso à escola reconfigurou a sociedade, na medida em que tempos e movimentos foram desconstruídos, famílias passaram a coadunarem as responsabilidades do trabalho e da vida dos estudantes em tempos ampliados e em contexto ora da necessidade da manutenção do emprego e da renda, ora no contexto de confinamento em espaços razoavelmente reduzidos, de maneira ao isolamento ser cotidianamente comparado a situações de Guerra (Arruda, 2020, p. 259).

Logo, esse fenômeno demanda um olhar científico para elucidar as implicações nas tomadas de decisões e na elaboração de políticas públicas em caráter excepcional para esse contexto pandêmico. Diante do exposto, o presente trabalho teve o objetivo de analisar o panorama das pesquisas, no período de 2020 e 2021, referente à Educação Básica em tempos de pandemia.

## **METODOLOGIA E RESULTADOS**

Para o desenvolvimento da temática deste estudo, a partir de uma abordagem qualitativa, recorreu-se a uma revisão da literatura com o objetivo de identificar a produção acadêmica brasileira referente à educação no contexto pandêmico no período de 2020 a 2021. O levantamento bibliográfico ocorreu mediante buscas nas seguintes bases de dados digitais: *Scientific Electronic Library Online* (SiELO) Brasil; Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc) e; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A seleção dos trabalhos, inicialmente, ocorreu pelo mapeamento de estudos que apresentavam em seus títulos os seguintes descritores: “educação e pandemia”; “pandemia de Covid-19 e educação”; “coronavírus e educação”; “SARS-CoV-2 e educação”. Por se tratar de uma temática nova, foram consideradas as variações linguísticas a despeito da sinonímia e a busca se compôs ainda com os descritores “coronavírus”, “SARS-CoV-2” e “Covid-19”. Adotou-se como critérios de filtragem os trabalhos empíricos publicados no Brasil, em Língua Portuguesa, no período de 2020 a 2021, em bibliotecas digitais de teses e dissertações, bem com, em periódicos relacionados à educação e ciências sociais. O resultado foi de 415 artigos e 26 trabalhos entre teses e dissertações.

Após leitura dos títulos, dos resumos e das palavras-chaves, foram selecionados 30 artigos e quatro dissertações. Para compor o inventário, se considerou somente os estudos com objetos de análises voltados a Educação Básica, na perspectiva do ensino público. Assim sendo, a revisão bibliográfica ficou constituída de 11 artigos científicos, a saber:

**Quadro 1 – Revisão bibliográfica**

	AUTOR	ANO	TÍTULO
1.	Almeida, L. C. & Dalben, A.	2020	(Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de covid-19: no limiar do (im)possível
2.	Assis, A. E. S .Q.	2021	Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão?
3.	Cipriani, F. M. et al.	2021	Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia
4.	Gatti, B. A.	2020	Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia
5.	Guizzo, B. S. et al.	2020	A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia
6.	Lunardi, N. M. S. Si. et al.	2021	Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais
7.	Macedo, R. M.	2021	Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública
8.	Mendes, G. M. L. et al.	2020	Seção temática: Adiando o fim da escola: perspectivas internacionais sobre Educação em tempos de pandemia
9.	Oliveira, J. B. A. et. al.	2020	A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências
10.	Reis, D. S.	2020	Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate
11.	Troitinho, M. C. R. et al.	2021	Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19

Fonte: Elaboração dos autores.

Para uma melhor compreensão dos enfoques predominantes na produção acadêmica selecionada, optou-se por dividir a temática em cinco eixos, sendo eles: (a) Gestão e (re)organização do trabalho pedagógico; (b) Conectividade e outros fatores de exclusão; (c) Docência no ensino remoto; (d) Aulas remotas e as dificuldades e estratégias utilizadas pelos familiares; e (e) Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia e o futuro da escola.

Os trabalhos analisados no eixo (a) “Gestão e (re)organização do trabalho pedagógico” evidenciaram as experiências quanto às tomadas de decisões ao cumprimento da carga horária letiva do ano de 2020 da educação básica.

Oliveira *et al.* (2020) examinaram as situações de paralisação das aulas presenciais, o aumento do tempo e o impacto do uso das tecnologias no desempenho escolar. Eles concluíram como pouco promissor essas estratégias e que as perdas decorrentes da interrupção de aulas tendem a ser recuperadas em longo prazo. Os autores consideraram, em primeiro lugar, a realização de um diagnóstico dos alunos e, com base nos dados, aplicar intervenções estruturadas com métodos adequados e o uso estratégico de deveres de casa. O melhor uso do tempo reduziria o absenteísmo com programas intensivos de tutoria em pequenos grupos de maior risco.

O estudo de Almeida e Dalben (2020) analisou o processo de recomposição e a gestão escolar de uma escola no estado do Paraná durante a crise causada pela Covid-19. Após um processo de unificação de duas unidades, essa escola passou a atender mais de 1.500 alunos do ensino do fundamental ao médio, além de três cursos profissionalizantes. De acordo com os autores, a implementação do ensino remoto se mostrou complexa e desafiadora e o afastamento físico aprofundou as já conhecidas desigualdades educacionais.

No eixo (b) “Conectividade e outros fatores de exclusão” os autores problematizam os desafios enfrentados com as ferramentas digitais e a transferência das aulas presenciais para o

ensino remoto emergencial, e analisaram alguns discursos recorrentes em relação ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Macedo (2021) demonstrou que, para além das desigualdades educacionais e sociais, somaram-se as desigualdades digitais, já constituindo desde o fim do século XX em mais um *locus* de estratificação social no Brasil. Para a autora, a insuficiência de políticas públicas no período não garantiu a conectividade e o direito à educação no país em meio à crise, penalizando, ainda mais, os estudantes de menor renda.

No trabalho de Reis (2020) é intensificada a discussão de uma cultura de privilégios – de raça, classe, território – que impede as transformações estruturais, coletivas e democráticas que possam reverter a lógica de desumanização e (des)vantagens em curso no país, revestida pelos contornos da meritocracia. Ele ressalta que “nem todos/as têm acesso aos meios e aos instrumentos necessários para serem digitalmente integrados/as” (Reis, 2020, p. 2).

Enquanto isso, Assis (2021) discute a generalização descompromissada com a realidade nos discursos proferidos por professores e estudantes no âmbito dos órgãos educacionais públicos no contexto da pandemia. A autora recorreu à argumentação conceitual, de forma a explorar as categorias analíticas que emergiram do processo especulativo. Logo, ela destacou fatores de exclusão nos discursos: de necessidade – “preciso me formar”, “importante fazer o que for possível”; de tranquilidade quanto ao uso das tecnologias – “é intuitivo”, “é só usar”; e de facilidade – “mas todo mundo tem um celular hoje em dia” (Assis, 2021, p. 2). Ela enfatiza os aspectos excludentes com perspectivas de inovação, proatividade e/ou sucesso.

Na mesma direção, o eixo (c) “Docência no ensino remoto” aponta as dificuldades no uso de ferramentas tecnológicas e, também, os pensamentos, os sentimentos e as perspectivas dos profissionais de educação.

O estudo de Cipriani *et al* (2021) contou com a participação de 209 professores de uma cidade Minas Gerais, que buscou dar voz aos docentes da Educação Básica envolvidos diretamente nas circunstâncias vivenciadas pelas instituições escolares no período pandêmico. Os autores adotaram o seguinte conjunto de categoriais: suspensão das aulas e distanciamento social; desafios da docência remota; desenvolvimento do currículo; avaliação do processo de ensino-aprendizagem; conduta dos alunos; e expectativas relacionadas ao retorno das aulas presenciais. Eles utilizaram a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011) e, como resultado, destacaram as preocupações docentes com as acentuadas desigualdades, as dificuldades nas práticas educativas curriculares e as expectativas dos profissionais da educação com o retorno às escolas. Eles destacaram, ainda, os traços psicológicos desses professores, como o estado de ansiedade, a preocupação e a angústia.

O trabalho de Troitinho *et al* (2021) corrobora que o trabalho remoto emergencial produziu efeitos de ansiedade, afeto negativo e estresse percebido e acrescenta que as mulheres apresentaram maiores respostas que os homens, um efeito mediado principalmente pela quantidade de trabalho doméstico realizada pela professora.

No eixo (d) “Aulas remotas e as estratégias e táticas utilizadas pelos familiares” revela a transformação do cotidiano familiar no contexto da pandemia, em que os lares adquiriram novas noções de espaço e tempo.

Guizzo *et al.* (2020) analisaram três dimensões específicas: a relação das famílias com as tecnologias; a relação das famílias com a escola; e a relação das famílias com suas crianças. Para as autoras, o distanciamento social deu origem a um *deslocamento*, que é a reorganização do espaço e do tempo cotidianos, onde a criança ficou fora de lugar, assim como o adulto ficou fora de lugar diante da criança. Para elas, houve uma flagrante incompatibilidade nas estratégias de normalização do cotidiano educacional em meio a um contexto de excepcionalidade.

Nesse mesmo sentido, Lunardiet *et al.* (2021) buscaram compreender as representações sociais dos familiares sobre as dificuldades e estratégias implementadas nas aulas não presenciais

oferecidas aos alunos. Os autores utilizaram um questionário sociodemográfico e Teste de Evocação Livre de Palavras, que foi aplicado aos 147 participantes, com análise prototípica. Foi levantado que os pais/responsáveis, para atender as demandas do ensino remoto, tiveram, de improviso, aprender a ensinar tanto no que tange ao pedagógico, quanto à tecnologia. Os familiares ainda apontaram as dificuldades com a internet, a administração do tempo e a concentração e conciliação do estudo/trabalho. Para eles, as estratégias utilizadas em casa foram: a reestruturação da rotina; a organização do local de trabalho/estudo; e as conversas e acompanhamentos das atividades dos alunos.

O eixo (e) “Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia e o futuro da escola” traz uma reflexão no âmbito da educação básica, considerando as diversas modalidades de ensino, com seus diferenciais institucionais e curriculares.

Gatti (2020) indaga várias situações para o pós-pandemia, dentre elas, se seus efeitos serão na direção de transformações nas formas de conceber a vida, os valores, de relacionar-se, trabalhar, produzir, consumir e educar, ou, na direção de uma volta às condições anteriores ao evento da pandemia. Em relação à educação regular, vários aspectos devem ser considerados no retorno às aulas presenciais, mas o vetor-chave consiste no planejamento flexível e local.

Quanto ao futuro da escola, Mendes *et al.* (2020) analisaram 22 artigos e um documento no período de maio a novembro de 2020, abrangendo, além do Brasil, mais oito países. Os autores consideraram a potência da escola como espaço formativo que não pode ser substituído ou reproduzido em outros espaços e por outros atores, assim como, os esforços docentes, o envolvimento da família e a resiliência do humano diante de um mundo em estado de exceção.

As pesquisas demonstraram que a adoção do ensino remoto como alternativa emergencial para a oferta da Educação Básica foi predominante em, praticamente, todas as redes de ensino dos municípios, Estados e União. Destacaram, nessa direção, as consequências dessa implementação realizada de forma isolada pelos três entes federativos brasileiros, ou seja, a ausência de uma coordenação nacional e articulada para a implementação de políticas educacionais que, ao menos, minimizassem as consequências da pandemia. Logo, esse cenário acentuou as já existentes desigualdades educacionais, pois as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social foram os mais impactados com os inúmeros desafios da Covid-19, uma vez que as se encontram em limitações de acesso a tecnologia, condições socioestruturais, fragilidades de envolvimento familiar nas atividades de ensino-aprendizagem, dentre outros.

Do ponto de vista da organização do trabalho pedagógico, os estudos apontaram para uma série de dificuldades atreladas a falta de planejamento resultante da emergência na implementação do ensino remoto pelas redes de ensino, as condições didático-pedagógicas e emocionais para a realização das práticas laborais em virtude do isolamento social e a carência de formação inicial e pedagógica dos profissionais de educação, sobretudo, para lidar com as TDICs. As produções científicas da área também sinalizaram para a possibilidade do aumento da evasão escolar e a tendência do ensino híbrido como modalidade educacional em um cenário de pós-pandemia.

## CONCLUSÃO

Na revisão de literatura foi possível constatar que as medidas sanitárias alteraram de sobremaneira os contextos social, econômico e cultural das pessoas. O cotidiano foi impactado de forma substancial causando transformações na vida em sociedade em seus aspectos mais elementares, bem como, nas dinâmicas produtivas e reprodutivas.

Enquanto os números dos contaminados e mortes aumentavam, Estados e municípios travavam disputas políticas e ideológicas com a presidência da república e seus aliados, que resultaram em ações heterogênea e descoordenadas com precários mecanismos de incentivo e

cooperação entre os entes federados, além de flexibilização das medidas de prevenção e contenção da doença.

Com tantas incertezas e inseguranças, entre garantir o direito à vida, mas, também, o direito à educação, os sistemas educacionais passaram por mudanças que não foram planejadas e, sequer, previstas nas políticas públicas. Ainda que os Conselhos de Educação nos âmbitos nacional, estadual e municipal emitiram resoluções e/ou pareceres com orientações para as instituições de ensino pertencentes aos seus respectivos sistemas para o retorno às aulas, não houve uma coordenação sincronizada de ações políticas por parte dos três entes federativos brasileiros.

Para cumprir os anos letivos de 2020 e 2021, os calendários escolares foram reorganizados com aulas não presenciais em que se improvisaram metodologias e práticas pedagógicas com atividades extraescolares apoiadas ou não em tecnologias digitais, além de se buscar outros meios de comunicação com os familiares, bem como, reivindicar uma maior participação desses no processo ensino-aprendizagem de seus respectivos filhos e filhas.

A sobrecarga de trabalho do corpo docente foi outro aspecto levantado nos estudos com relatos de altos níveis de ansiedade, preocupação e angústia desses profissionais. O distanciamento social prejudicou, sobremaneira, o processo pedagógico no início das aulas remotas, pois nem todos os pais conseguiram aprender a ensinar e a usar as tecnologias digitais ou, mesmo, dispor de recursos tecnológicos.

Nesse contexto, ficou ainda evidente a importância dos recursos tecnológicos e, também, as inabilidades dos professores para lidar com as ferramentas e tecnologias de informação. Conforme dados da pesquisa TIC Educação 2019 (CGI. BR, 2020, p. 23), isso se deu, em grande medida, porque apenas 14% das escolas públicas do país contavam com um ambiente ou uma plataforma virtual de aprendizagem. Segundo Moraes (1993), a história da informática educativa no Brasil tem raízes na década de setenta, porém, a implementação de políticas públicas de inserção de tecnologias no ambiente escolar se mostrou ineficiente e descontinuado sem uma materialização efetiva até os dias atuais.

Condicionado à pandemia, o crescimento das desigualdades sociais é um dos fenômenos intrínsecos citados pelos autores, agravado pelo descaso das autoridades governamentais em um movimento sincronizado de negacionismo e banalização da vida humana. A educação brasileira continua sendo penalizada pela falta de investimento o que impossibilita a redução dos impactos na aprendizagem, agravados pela falta de estrutura na implementação do ensino à distância emergencial.

Segundo Puente *et al.* (2021), em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas<sup>3</sup> (FGV), os municípios brasileiros reduziram em 93% os investimentos em educação no ano de 2021. A taxa de crianças fora das escolas saltou de 1,39% em 2019, para 5,5% em 2020, com piora nos alunos entre cinco a nove anos. Além disso, prevê-se que o país retrocedeu 15 anos na alfabetização, situação agravada pelo pouco tempo em sala de aula em decorrência do isolamento social.

Após mais de dois anos, mesmo com a vacinação e a diminuição no número de mortes em todo o mundo, não há previsão para o fim da pandemia. Nesse sentido, as pesquisas por ora analisadas buscaram traçar considerações iniciais sobre os impactos causados pela disseminação da doença de Covid-19 na Educação Básica brasileira. Logo, o levantamento bibliográfico sobre o tema não se encerra aqui e deverá ser contínuo devido o fenômeno ainda estar em curso e complexidade que envolve compreender todas as suas dimensões, o que irá exigir dos governos brasileiros

---

<sup>3</sup> A **Fundação Getúlio Vargas** consiste em uma instituição de direito privado brasileira, sem fins lucrativos, que foi criada em 1944. Inicialmente, o seu objetivo era voltado para a qualificação de profissionais para a área de administração pública e privada no país, mas ampliou o seu foco nos últimos anos para a atuação, também, no campo das pesquisas a respeito das áreas de ciências sociais e econômicas.

investimentos em ciência e tecnologia e da comunidade científica esforços coletivos para elucidar os desafios impostos pela conjuntura educacional em cenário pandêmico.

**Contribuições dos Autores:** Souza, K. R.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Melo, A. T. T.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Mira, E. P.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**Aprovação Ética:** Não aplicável.

**Agradecimentos:** Não aplicável.

## REFERÊNCIAS

Almeida, L. C. & Dalben, A. (2020). (Re)organizar o trabalho pedagógico em tempos de COVID-19: no limiar do (im)possível. *Educação & Sociedade*, 41, e239688. <https://doi.org/10.1590/ES.23968>

Anvisa. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2022). *Informações sobre o andamento da análise do uso pediátrico da CoronaVac*. <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2022/informacoes-sobre-o-andamento-da-analise-do-uso-pediatrico-da-coronavac>.

Aquino, E. M. L. et al. (2020). Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(1), 2423-2446. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10502020>

Arruda, E. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, 7(1), 257-275.

Assis, A. E. S. Q. (2021). Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão. *Educação em Revista*, 37, e25112. <https://doi.org/10.1590/0102-469825112>

Bossak, J. C., & Peghini, C. C. (2020). Colisão de direitos fundamentais: formas de solução e o posicionamento do supremo tribunal federal. *Núcleo do Conhecimento*, 6, 117-153.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Available: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Brasil (2020a). Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de covid2019. *Diário Oficial da União*, 27(1), 1. Available: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>.

Brasil (2020b). Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020b. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. *Diário Oficial da União*, 53(1), 39. Available: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>

Brasil (2020c). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Súmula do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*, 83(1), 63. Available: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735>.

Cambridge Dictionaries Online. Available: <http://dictionary.cambridge.org/>.

Cipriani, F. M. et al. (2021). Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. *Educação & Realidade*, 46(2), e105199. <https://doi.org/10.1590/2175-6236105199>

- Dallari, A. A. (2021). Autonomia municipal em tempos de crise da Covid-19. Consultor Jurídico. Available: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-25/interesse-publico-autonomia-municipal-tempos-crise-covid-19?imprimir=1>
- Duarte, A. de M; & César, M. R. A. (2020). Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade*, 45(4), e109146.
- Faro, A. et al. (2020). COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. In: *Estudos de Psicologia*, 37, e200074.
- Gatti, B. A. (2020). Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos Avançados*, 34(100), 29-41. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>
- Guizzo, B. S. et al. (2020). A reinvenção do cotidiano<sup>1</sup> em tempos de pandemia. *Educação e Pesquisa*, 46, e238077. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046238077>
- Lunardi, N. M. S. S. et al. (2021). Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. *Educação & Realidade*, 46(2), e2175. <https://doi.org/10.1590/2175-6236106662>
- Macedo, R. M. (2021). Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. *Estudos Históricos*, 34(73), 262-280. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420210203>
- Mendes, G. M. L. (2020). Seção temática: Adiado o fim da escola: perspectivas internacionais sobre Educação em tempos de pandemia. *Práxis Educativa*, 15, 1-6.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF*, 34, 287-324.
- Morte e casos conhecidos de coronavírus nos estados (2022). G1. Available: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>
- Oliveira, J. A. et al. (2020). A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 28(108), 555-578. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802885>
- Organização Pan-Americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. (2020). OMS afirma que Covid-19 é agora caracterizada como pandemia. OPAS/OMS, 11 mar. 2020. Available: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>
- Our World in Data. Coronavírus (COVID-19). Google Notícias, 19 jan. 2022. Available: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>
- Puente, B. et al. (2021). Alfabetização no Brasil retrocedeu 15 anos durante a pandemia, diz FGV. CNN Brasil, 19 out. 2021. Available: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/alfabetizacao-no-brasil-retrocedeu-15-anos-durante-a-pandemia-diz-fgv/>
- Reis, D. S. (2020). Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate. *Olhar de Professor*, 23, 1-6.
- Rocha, C. T. M. da, & Amador, F. S. (2018). O teletrabalho: conceituação e questões para análise. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(1), 152-162. <https://doi.org/10.1590/1679-395154516>
- Unasus. (2020). Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. UNA-SUS. Available: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>.
- Troitinho, M. C. R. et al. (2021). Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, 19, e00331. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00331>
- Valverde, R. (2021). Covid-19: vacinar crianças é estratégico para aumentar cobertura vacinal no Brasil. Agência Fiocruz de Notícias, 21 dez. 2021. Available: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-vacinar-criancas-e-estrategico-para-aumentar-cobertura-vacinal-no-brasil>

Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. (2020). G1, 08 jun. 2020. Available: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>.

Vidal, L. (2022). Ômicron: o que já se sabe sobre a variante do Coronavírus. Viva Bem Uol, 10 jan. 2022. Available: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/01/10/o-que-ja-se-sabe-sobre-a-variante-omicron-da-covid-19.htm?cmpid=copiaecola>

Vieira, V. V., & Glezer, R. (2019). Populismo autocrático e resiliência constitucional. Interesse Nacional. Available: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7625>

**Recebido:** 20 de maio de 2022 | **Aceito:** 12 de julho de 2022 | **Publicado:** 10 de agosto de 2022



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.